

O HABEAS CORPUS GENÉRICO OU CORRETIVO

Guilherme Santana Camilo de Oliveira¹

André Luis Pontarolli²

Carlos Miguel Villar de Souza Junior³

RESUMO

O habeas corpus genérico ou corretivo, previsto no direito comparado, tem a pretensão de inviabilizar o cumprimento de pena em lugares inadequados, ou seja, o reeducando foi devidamente culpado pelo ilícito penal por sentença condenatória transitada em julgado ou em casos de prisões cautelares, mas o local para que ele efetive a sua ressocialização não é adequado o suficiente para atingir a sua finalidade. Nessa hipótese o paciente, ou um terceiro, impetra o remédio heróico para: (a) garantir o seu direito à liberdade, durante o lapso temporal em que o Estado não estruturar local adequado ou, (b) para que cesse a ilegalidade de determinado ato da execução, a exemplo da hipótese em que o preso não está tendo direito a banho de sol.

Palavras-chave: Habeas corpus, Habeas corpus genérico ou corretivo, Remédio heróico, Direito de locomoção, Modalidade.

ABSTRACT

The habeas corpus generic or correction referred to in comparative law, with the intention to derail the serving sentence in inappropriate places, ie the re-educating was duly guilty of a criminal offense for sentencing final judgment or in cases of preventive arrests, but the place to which he efetive their rehabilitation is not suitable enough to achieve its purpose. In this case the patient, or a third party impetra the heroic remedy to: (a) ensure their right to freedom by the time the Federative Ente need to effect a suitable location or, (b) to cease the illegality of the act, such as in the case where the prisoner is not entitled to the sunbathing.

Keywords: Habeas corpus, habeas corpus generic or concealer, heroic Medicine, locomotion of law, mode.

¹Graduando em Direito pelas Faculdades OPET. E-mail: guilhermesantanacamilo@hotmail.com

² Orientador. Professor de Direito Penal das Faculdades OPET. E-mail: andre_pontarolli@hotmail.com

³ Revisor. Professor de Direito Penal das Faculdades OPET.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo visa analisar o entendimento sobre o habeas corpus genérico, que começa a tomar corpo no território Nacional. O tema é de grande relevância para a atuação do Poder Judiciário, podendo causar uma revolução nos métodos adotados em sede de Execução Penal, frente à afronta ao Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, praticada pelo Estado ao não providenciar locais adequados à viabilização da ressocialização dos condenados.

Nos dias atuais as penitenciárias do Brasil encontram-se em péssimas condições estruturais. A pessoa do condenado, ao ser introduzida no sistema penitenciário, acaba sendo alocada inadequadamente, sem a devida observância à gravidade do delito. O Estado coloca uma pessoa que efetuou um furto, na mesma cela de um homicida, ou mesmo de um traficante. Após cumprir a pena estabelecida na Execução Penal, o preso não sairá pronto para o convívio social e sim apto à prática de outros delitos, ou seja, o agente delituoso que praticava furtos costumeiros agora sairá um ladrão-traficante-homicida.

A adoção do Habeas Corpus Genérico serviria a uma melhor do alocação dos presos, de acordo com a relevância dos atos ilícitos praticados. Ainda, não poderiam os agentes estatais praticar determinados abusos, que hoje em dia viraram corriqueiros, efetivando uma melhor ressocialização dos indivíduos. Há fortes indícios de que tal medida diminuiria os níveis de reincidência no país, pois não é com medo que se inibe a prática de ilícitos penais.

2. CONSIDERAÇÕES GERAIS

2.1. Conceito do habeas corpus

Com origem no latim a palavra habeas corpus significa “tome o corpo”. Seu maior objetivo é a tutela da liberdade física ou locomotiva do indivíduo. É o remédio constitucional que faz cessar violência ou coação à liberdade, ou àquelas condutas que restringem outros direitos, mas que, reflexamente ofendem a liberdade de locomoção. Também é conhecido como remédio heróico.

2.2. Doutrina brasileira do habeas corpus

O primeiro remédio, no Brasil, que se iguala ao habeas corpus tem sua origem em 1821, quando Dom Pedro I promulgou um alvará que ratificava os Direitos presentes na Constituição da Monarquia Portuguesa e nas Ordenações do Reino. Embora a primeira Constituição brasileira (1824) já adotasse os Direitos e Garantias Fundamentais, nela não estava contida a denominação do habeas corpus, mas isso não quer dizer que o mesmo não existisse. Como bem assevera Pontes de Miranda “não se diga que o direito brasileiro, ou o português, desconhecia o instituto. O que não se usava era o nome. Pense-se aliás, no *interdictum de liberis exhibendis*”.⁴

Vindo este instituto a ser incluído de fato no ordenamento jurídico brasileiro somente em 1832, com advento do Código de Processo Criminal, e subsequentemente avultado na lei nº 2.033 de 1871.

A Constituição Republicana de 1891 alargou ainda mais o conceito, gerando significativa demanda de impetrações, como bem ensina Gilmar Mendes: a Constituição de 1891 estabeleceu, no art. 72, § 22: “*dar-se-á habeas corpus sempre que o indivíduo sofrer violência, ou coação, por ilegalidade, ou abuso de poder*”. A formulação ampla do texto constitucional deu ensejo a uma interpretação que permitia o uso do habeas corpus para anular até mesmo ato administrativo que determinava o cancelamento de matrícula de aluno em escola pública, para garantir a realização de comícios eleitorais, o exercício de profissão, dentre outras possibilidades.⁵

A propósito, observam Ada Pellegrini, Gomes Filho e Scarance Fernandes:

Na verdade, três posições firmaram-se com o advento da Constituição republicana: alguns, como Rui Barbosa, sustentavam que a garantia deveria ser aplicada em todos os casos em que um direito estivesse ameaçado, manietado, impossibilitado no seu exercício por abuso de poder ou ilegalidade; em sentido oposto, afirmava-se que o habeas corpus, por sua natureza e origem histórica, era remédio destinado exclusivamente à proteção da liberdade de locomoção; e finalmente, uma terceira corrente, vencedora no seio do Supremo Tribunal Federal, propugnava incluir na proteção do habeas corpus não só os casos de restrição da liberdade de locomoção, como também as situações em que a ofensa a essa liberdade

⁴ MIRANDA, Pontes de. História e Prática do Habeas-corpus, São Paulo: Editora Forense, 1951.

⁵MENDES, Gilmar Ferreira. Curso de direito constitucional / Gilmar Ferreira Mendes, Inocêncio Mártires Coelho, Paulo Gustavo Gonet Branco. - 4. ed. rev. e atual. - São Paulo: Saraiva, 2009, p. 566.

fosse meio de ofender outro direito. Assim, exemplificava Pedro Lessa: quando se ofende a liberdade religiosa, obstando que alguém penetre no templo, tem cabimento o habeas corpus, pois foi embaraçando a liberdade de locomoção que se feriu a liberdade religiosa; quando se ofende a liberdade religiosa, porque se arrasam as igrejas, ou se destroem os objetos do culto, não é possível requerer o remédio, porque aí não está em jogo a liberdade de locomoção das pessoas.⁶

Após esse período, em 1926 o habeas corpus voltou a ser remédio constitucional exclusivo para atacar os abusos ou ilegalidades que restringiam, taxativamente, o direito de liberdade de locomoção ou aqueles que restrinjam a locomoção para atingir outro bem jurídico. Toda essa evolução foi denominada de “doutrina brasileira do habeas corpus”.

2.3. Natureza jurídica do habeas corpus

O Código de Processo Penal, introduz o habeas corpus na parte pertinente aos recursos, essa locação jurídica causa grande dúvida quanto à natureza do remédio. Afinal o habeas corpus é um recurso?

A doutrina majoritária e a jurisprudência afirmam que não! Este instituto constitui uma ação constitucional autônoma de natureza mandamental, pois um recurso só é cabível para ações judiciais, em contrapartida o habeas corpus (HC) pode ser impetrado até mesmo entre particulares e contra sentença transitada em julgado.

2.4. Punições disciplinares militares

A Constituição Federal, em seu art. 142, § 2, veda a impetração de habeas corpus contra decisões militares, de caráter disciplinar. E toda doutrina nacional e o STF acompanham o pensamento sobre o tema, "o que deve ser vedado ao controle judicial é o exame acerca da conveniência ou oportunidade da medida disciplinar adotada (se privativa da liberdade ou outra eventualmente cabível), mas jamais a apreciação da sua legalidade"⁷. Segundo Eugenio Pacelli:

[...] esta poderá ser objeto de controle até mesmo por meio da impetração de mandado de segurança junto à jurisdição competente, a depender da origem da autoridade responsável pela ordem (Justiça Federal, se decorrente da

⁶ MENDES, Gilmar Ferreira. Apud. Ada Pellegrini Grinover, Antonio Magalhães Gomes Filho e Antonio Scarance Fernandes, Recursos no processo penal, 4. ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004, p. 347.

⁷ OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. Curso de processo penal, 10. ed., Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2008, p. 756.

Administração Militar Federal, e Justiça Estadual, quando da Administração Militar Estadual) ⁸.

2.5. Espécies de habeas corpus

Em nosso ordenamento jurídico somente são previstas duas espécies de habeas corpus, são elas:

Habeas corpus preventivo ou suspensivo: Nessa espécie ainda não há agressão ao direito de locomoção do indivíduo, mas um cenário iminente de que este venha a sofrer uma violência ou coação ao seu direito de liberdade. Na hipótese, o habeas corpus busca o salvo-conduto e/ou também o trancamento da persecução penal que fundamentou o writ.

Habeas corpus liberatório ou repressivo: Esta é a tradicional e mais antiga modalidade do remédio heróico, tendo sua origem na *magna charta libertatum* de 1215, do Rei João Sem Terra. Este habeas corpus busca a reparação pelo dano causado ilegalmente à liberdade de locomoção do paciente, ou seja, o momento de sua impetração é posterior à ofensa à liberdade. Busca-se através da impetração, portanto, obter-se o alvará de soltura, para colocar em liberdade o indivíduo.

Mas em outros países encontram-se diversas modalidades:

Habeas corpus translativo ou por excesso de tempo: Esse habeas corpus insurge-se sobre a burocracia dos processos, debruça-se sobre as graves violações do devido processo legal ou de uma tutela jurisdicional efetiva. Para César Landa Arroyo o que se objetiva através da impetração "é proteger a liberdade ou o estado da situação da liberdade do acusado, afetada por burocratas judiciais"⁹.

Essa modalidade tem base no Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos de 1996, que preleciona em seu art. 9:

Qualquer pessoa presa ou encarcerada em virtude de infração penal deverá ser conduzida, sem demora, à presença do juiz ou de outra autoridade habilitada por lei a exercer funções judiciais e terá o direito de ser julgada em prazo razoável ou de ser posta em liberdade. A prisão preventiva de pessoas que aguardam julgamento não deverá constituir a regra geral, mas a soltura poderá estar condicionada a

⁸OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. Curso de processo penal, cit., p. 756.

⁹ ARROYO, César Landa. Teoria do litígio constitucional. Palestra Editorial, Lima, 2003, p. 116.

garantias que assegurem o comparecimento da pessoa em questão à audiência, a todos os atos do processo e, se necessário for, para a execução da sentença¹⁰.

Com esse fundamento é que começa, o Judiciário brasileiro, a implantação das audiências de custódia.

Habeas corpus instrutivo: Modalidade peculiar, adotada pelo Peru, funcionando como um misto do habeas corpus e habeas data, visa à informação ou constatação do lugar onde se possa tentar encontrar uma pessoa desaparecida que estava sob a tutela estatal. Exemplo disso seria o indivíduo detido pela polícia que após um tempo curto desaparece.

Habeas corpus inovador: Espécie que permite, residualmente, salvaguardar o direito reivindicado, não somente efetuando uma revisão acerca da violação ou não do direito, mas sim efetivando um caráter parcial de decisão, ou seja, quando o Estado lhe restitui o direito violado ele também certifica que tais violações/situações não ocorram no futuro do paciente.

Habeas corpus conexos: Este tipo de habeas corpus tem caráter residual, é usado quando as situações não abrangidas pelos tipos descritos acima são apresentadas. Tal como nas hipóteses em que se restringe o direito do preso se ver assistido por um defensor de livre escolha; ou quando a pessoa é forçada a fazer um juramento, ou, ainda, obrigada a testemunhar ou admitir culpa.

Isto ainda sem adentrar à hipótese do Habeas corpus genérico ou corretivo, objeto do vertente estudo.

2.6. Legitimidade

A legitimidade ativa para impetrar o writ, é de qualquer pessoa de direito, independentemente de idade, estado mental, nacionalidade, profissão, nem ao menos formalidades e tampouco capacidade postulatória.

Pode também a impetração ser direcionada em favor de terceiros, sem as formalidades inerentes ao instrumento de procuração. É nesse sentido que

¹⁰ Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos. 1996.

nos deparamos com inúmeros casos de pessoas impetrando habeas corpus em favor de animais. Como no caso abaixo descrito:

O Tribunal de Justiça do Rio não concedeu habeas corpus ao chimpanzé Jimmy, uma das principais atrações do Zoológico de Niterói, na Região Metropolitana do Rio. A ação que pedia a liberdade do chimpanzé foi proposta por 30 entidades protetoras dos animais, pessoas físicas e Organizações Não Governamentais (ONGs). O grupo pedia a transferência do chimpanzé para um santuário de primatas no estado de São Paulo, sob a alegação de que Jimmy precisava de espaço e da companhia de sua espécie.

A decisão da 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio foi na terça-feira (19). De acordo com a assessoria do TJ-RJ, a decisão cabe recurso nos tribunais superiores.

Segundo as entidades que pediram o HC, o animal estaria vivendo isolado há anos em uma pequena jaula no zoológico. Jimmy é conhecido por gostar de pintar telas de arte. Os trabalhos produzidos pelo animal já foram expostos em Niterói.

(...)

Lei apenas para os homens

O relator do processo, desembargador José MuiñosPiñeiro Filho, argumentou que a lei determina que o habeas corpus somente é cabível para seres humanos, não tendo validade para animais.

A assessoria de imprensa do TJ-RJ informou que durante o julgamento, o desembargador contou que pesquisou muito sobre o assunto e que, apesar de estudos concluírem que o chimpanzé é o parente mais próximo do homem, com 99,4% do DNA idênticos ao do ser humano, o mesmo não pode ser considerado como pessoa. Ainda de acordo com o TJ, a Fundação Jardim Zoológico de Niterói (Zoonit) alegou que Jimmy é muito bem tratado e que está em uma jaula que atende plenamente as suas necessidades¹¹.

Mas será que somente pode ser impetrado o habeas corpus em favor de humanos? Por enquanto a jurisprudência ainda é recessiva nesse sentido. Ainda que esteja expressamente previsto na Declaração Internacional dos Direitos dos Animais de 1978 que os mesmos têm o direito à liberdade. Neste sentido lembramos as palavras de J. Bentham:

Chegará o dia em que será reconhecido que o número de pernas, a pilosidade da pele, ou a terminação do osso sacro serão razões igualmente insuficientes para abandonar um ser sensível ao mesmo destino. Que mais é que deveria determinar a linha insuperável? Seria a faculdade da razão, ou, talvez, a faculdade do discurso? Mas um cavalo adulto ou um cachorro é incomparavelmente mais racional, assim como um animal mais fácil de comunicar-se, do que uma criança de um dia ou uma semana, ou mesmo um mês de idade. Mas suponhamos que o critério pudesse ser outro, qual ele

¹¹ Encontrado em <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2011/04/justica-nao-concede-habeas-corpus-chimpanze-morador-de-zoo-no-rj.html> - Acesso em 08/04/2015

seria? A questão não é se eles são capazes de raciocinar, e tampouco se eles são capazes de falar. A questão é se eles são capazes de sofrer.¹²

3. HABEAS CORPUS GENÉRICO OU CORRETIVO

Esta modalidade não é prevista no ordenamento brasileiro, mas é uma evolução do Direito. Os países que mais utilizam a medida na América do Sul são o Paraguai, que prevê a hipótese expressamente em sua Constituição Federal de 1992, e o Peru. Na América Central, El Salvador prevê a hipótese.

Em contrapartida dos habeas corpus preventivo e repressivo, o genérico não visa diretamente o direito de locomoção, mas sim é utilizado quando a liberdade está sendo privada de forma aparentemente legal, mas, por outro lado, o local onde está preso o indivíduo é inapropriado, ou quando, em sede de execução, se cometem ilegalidades. Seu objetivo central é a preservação da dignidade da pessoa humana.

Exemplificativamente, o habeas corpus genérico pode ser impetrado quando o preso que não está sendo alimentado. *In casu*, impetra-se o habeas corpus genérico para que este passe, então, a receber refeições. Nesse sentido as palavras do autor peruano Rodomiro Pilco Garay aclaram a explicação:

Este tipo de Habeas Corpus, por sua vez, é usado quando os atos de agravamento ilegal ou arbitrário ocorrem nas formas ou condições em que a privação de liberdade são cumpridas.

Portanto, o seu propósito é proteger a pessoa carente, proporcionando tratamentos de razoabilidade e proporcionalidade, quando é determinado um prazo de detenção ou punição¹³.

E continua o autor:

Dessa maneira, este tipo de Habeas Corpus, adequada à ameaça ou ato ilícito do direito à vida, física e psicológica, ou o direito à saúde dos presos ou pessoas que estão sob uma relação especial que prendem na integridade das instituições de tratamento público ou privado (como no caso de pessoas em centros de reabilitação juvenil e etc.). Da mesma forma, ele é adequado

¹²J. Bentham, *Introduction to the Principles of Morals and Legislation*, 1823, Capítulo 17.

¹³ GARAY, Rodomiro Pilco. Tipología del Hábeas Corpus elaborado por la doctrina y su ubicación en la constitución y en el Código Procesal Constitucional. 2008.

nos casos em que, por ação ou omissão, importação ou ameaça de violação do direito ocorrem tratamento desumano ou degradante¹⁴.

O habeas corpus genérico tem por objetivo, nas palavras de Francisco Javier Vázquez Figueredo “*evitar os efeitos nocivos da ordem física, mental e moral, devido às condições de privação de liberdade legal, através de retificação de privação de liberdade em locais inadequados ou eventos que representam a sua ilegal*”¹⁵.

As variáveis hipóteses fáticas, contra as quais caberia o Habeas Corpus genérico ou corretivo apropriado, incluem as seguintes:

Pessoas que se encontram presas provisoriamente no mesmo local de pessoas condenadas. Neste caso o remédio heróico serviria para a busca de transferência dos presos provisórios para locais adequados, sendo que, em casos excepcionais, de inexistência de vagas, a solução seria a colocação do paciente em liberdade. Na mesma situação encontrar-se-iam os delinquentes juvenis condenados, cumprindo pena em penitenciárias juntamente com os adultos.

O habeas corpus genérico também serve a eventual busca de libertação antecipada, como instrumento apto a impulsionar procedimentos e processos administrativos em atraso, que tenham por objetivo a transferência ou a libertação de um preso.

Chamado também de habeas corpus corretivo por sua natureza de corrigir atos de ilegalidades, serve, outrossim, como meio de alteração do local de detenção, inadequado à natureza do crime ou a causa da detenção¹⁶ e também para enfrentar o agravamento injustificado das limitações impostas legalmente¹⁷.

O habeas corpus genérico tem amparo no direito internacional, no Pacto de San José de Costa Rica, que em seu artigo 25 afirma:

Toda pessoa tem direito a um recurso simples e rápido ou a qualquer outro recurso efetivo, a uma corte ou tribunal competente, que proteja contra atos que violem seus direitos fundamentais reconhecidos pela Constituição, a lei

¹⁴ GARAY, Rodomiro Pilco. Tipología del Hábeas Corpus elaborado por la doctrina y su ubicación en la constitución y en el Código Procesal Constitucional. 2008.

¹⁵ FIGUEREDO, Francisco Javier Vázquez. Garantías constitucionales en Paraguay.

¹⁶ Quiroga Lavié, Humberto. DERECHO CONSTITUCIONAL LATINOAMERICANO.

¹⁷ Clariá Olmedo, Jorge A. Tratado De Derecho Procesal Penal.

ou da presente Convenção, mesmo quando a violação tiver sido cometida por pessoas no exercício de funções oficiais ¹⁸.

3.1 O habeas corpus genérico ou corretivo no Brasil

Inexiste previsão legal no ordenamento pátrio. Ainda, o Poder Judiciário Brasileiro ainda não tem posicionamento sobre referido instituto. Pode-se dizer que o país encontra-se em atraso, haja vista que países como El Salvador, Paraguai, Peru e Argentina já prevêm expressamente este habeas corpus e até algumas outras modalidades.

Embora o Brasil tenha adotado a postura de que o remédio heróico somente poderia ter por objeto a violação ou a ameaça à liberdade de locomoção, é preciso analisar os casos concretos, sob o prisma dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

Isto porque, de um lado, embora a privação de locomoção possa ter uma aparência de legalidade, de outro lado, as condições da privação podem ser inadequadas. Ora, a inadequação da privação de liberdade tem de ser atacada por instrumento de garantia, sendo que o habeas corpus é o mais adequado possível.

Estima-se que nos dias atuais, segundo o Conselho Nacional de Justiça, 70% (setenta por cento) da população do sistema prisional brasileiro são de pessoas reincidentes, ou seja, a cada 10 (dez) pessoa que adentram aos presídios, 7 (sete) delas são reincidentes. Em novembro de 2013 o Informe Regional de Desenvolvimento Humano (2013-2014) do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), p. 129 ¹⁹, já destacava o alto nível de reincidência de Brasil e Chile, conforme tabela abaixo:

¹⁸ Convenção Americana De Direitos Humanos. 1969.

¹⁹ Disponível em: latinamerica.undp.org

Porcentagem de reincidência, países selecionados, 2013

	Argentina	México	Perú	El Salvador	Brasil	Chile
Reincidentes	38,6	29,7	15,8	10,4	47,4	68,7
Reincidentes entre mulheres	23,1	9,9	12,2	3,8	30,1	15,8

Fonte: "Estudio comparativo de población carcelaria PNUD (2013). Veja-se Anexo estatístico-metodológico; Informe Regional de Desarrollo Humano 2013-2014. Seguridad ciudadana con rostro humano: diagnóstico y propuestas para América Latina. Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo. Nova Iorque/Estados Unidos: nov. 2013, p. 129. Disponível em: <latinamerica.undp.org>.

É possível observar, também, da referida tabela que países que efetivamente adotam o habeas corpus genérico, como Perú e El Salvador, tem os menores níveis de reincidência apontados pelas Nações Unidas.

Diante deste aspecto, o Brasil carece de soluções para uma maior efetivação da ressocialização dos presos e conseqüentemente uma subtração do número de reincidentes no país.

4. Considerações Finais.

Esta pesquisa se propôs a esclarecer alguns aspectos quanto ao instituto do habeas corpus e, sobretudo, quanto ao habeas corpus genérico ou corretivo, buscando base na experiência do direito comparado. O desenvolvimento deste projeto também permitiu a aplicação de uma metodologia simples, embora bastante ampla, para o isolamento de diferentes modalidades de habeas corpus.

5. BIBLIOGRAFIA.

MIRANDA, Pontes de. **História e Prática do Habeas-corporis**, São Paulo: Editora Forense, 1951.

MENDES, Gilmar Ferreira. **Curso de direito constitucional** / Gilmar Ferreira Mendes, Inocêncio Mártires Coelho, Paulo Gustavo Gonet Branco. - 4. ed. rev. e atual. - São Paulo: Saraiva, 2009.

QUIROGA LAVIÉ, Humberto. **DERECHO CONSTITUCIONAL LATINOAMERICANO.**

CLAIRÁ OLMEDO, Jorge A. **Tratado De Derecho Procesal Penal.**

GARAY, Rodomiro Pilco. **Tipología del Hábeas Corpus elaborado por la doctrina y su ubicación en la constitución y en el Código Procesal Constitucional.** 2008.

OLIVEIRA, Guilherme Santana Camilo de; PONTAROLLI, André Luis (orient.) e SOUZA JUNIOR, Carlos Miguel Villar de (rev.). O Habeas Corpus Genérico ou Corretivo. ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET – Caderno de produção do corpo Docente e Discente. Curitiba PR - Brasil. nº 13, jan-jun/2015. ISSN 2175-7119.

FIGUEREDO, Francisco Javier Vázquez. **Garantías constitucionales en Paraguay.**

BENTHAM, Jeremy, **Introduction to the Principles of Morals and Legislation,** 1823.

ARROYO, César Landa. **Teoria do litígio constitucional.** Palestra Editorial, Lima, 2003.

OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. **Curso de processo penal,** 10. ed., Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2008.